

O recrutamento militar na visão de conservadores e liberais na província da Paraíba

Lis de Araújo Meira¹

Resumo: No presente trabalho, analisam-se os meandros que cercavam o recrutamento na província da Paraíba, levando-se em consideração, aspectos políticos, sociais e culturais dessa sociedade. Para se alcançar tal objetivo, utilizaram-se os jornais digitalizados pela Hemeroteca Nacional, examinando-se as diversas visões sobre o recrutamento militar no período oitocentista no Brasil e inserindo-se a província da Paraíba como interlocutora nessa análise. Assim, considera-se os sujeitos históricos e políticos a partir de suas práticas sociais e o recrutamento militar será avaliado segundo suas ações, pela ótica das Culturas Políticas. Observando-se as denúncias de arbitrariedade no processo, pretende-se destacar as posições de partidos sobre o alistamento, perseguições políticas, contendas locais, entre outros temas. Nessa pesquisa, dedica-se mais atenção a dois jornais paraibanos: *A Ordem* e *O Reformista*, que, sendo de orientações políticas opostas, conservador e liberal, respectivamente, trocaram acusações sobre excessos no sistema de alistamento, quando este fora então utilizado como instrumento de coerção. Utilizaram-se também jornais que eram redigidos em outras províncias do Império, mas que publicaram informações sobre a Paraíba.

Palavras-chave: Recrutamento militar, conservadores, liberais, imprensa, culturas políticas.

Resumen: El presente trabajo está dedicado a analizar los entresijos que rodearon el reclutamiento en la provincia de Paraíba, tomando en cuenta los aspectos políticos, sociales y culturales de esta sociedad. Para lograr este objetivo, utilizamos periódicos digitalizados por la Hemeroteca Nacional, examinando las distintas visiones sobre el reclutamiento militar en el siglo XIX en Brasil, insertando a la provincia de Paraíba como interlocutor en este análisis. Así, los sujetos históricos y políticos son considerados en base a sus prácticas sociales y el reclutamiento militar será evaluado de acuerdo a sus acciones, desde la perspectiva de las Culturas Política Observando las acusaciones de arbitrariedad en el proceso, pretendemos resaltar las posiciones de las partes respecto al alistamiento, persecuciones políticas, disputas locales, entre otros temas. En esta investigación se prestó más atención a dos periódicos de Paraíba: *A Ordem* y *O Reformista*, los cuales, siendo de orientaciones políticas opuestas, conservador y liberal, respectivamente, intercambiaron acusaciones sobre excesos en el sistema de alistamiento, utilizándolo como instrumento de coerció. También usamos periódicos que se escribían en otras provincias del Imperio, pero que publicaban información sobre Paraíba.

Palabras clave: reclutamiento militar, conservadores, liberales, prensa, culturas politicas.

El reclutamiento militar a juicio de conservadores y liberales en la provincia de Paraíba

¹ Mestra em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (Diretório/CNPq/UFPB) Professora da rede municipal de educação de João Pessoa e da rede estadual da Paraíba. Email para contato: lis_meira@hotmail.com.

Introdução

Nas culturas políticas estabelecidas no século XIX no Brasil, marcadas pelas disputas entre liberais e conservadores, o recrutamento militar forçado figura como um dos recursos utilizados por ambos na tentativa de ampliar seus poderes. Esse alistamento compulsório poderia servir como instrumento de perseguição aos inimigos políticos. Então, um dos perfis sociais dos recrutas, nessa época, eram os adversários que dificultavam o projeto político de quem estava no poder. Os periódicos que circulavam na província da Paraíba no período analisado davam conta do tema do recrutamento e, por isso, foram a principal fonte para realização desta pesquisa.

Ao abordar o recrutamento como um processo que revela as hierarquias e jogos políticos que se desenrolavam nesse contexto, percebe-se que ele era empregado pelas autoridades como um dos artifícios para intimidar inimigos. É importante lembrar que o recrutamento também foi utilizado como instrumento de controle de homens livres e libertos pobres que não se encaixavam na ordem estabelecida pelas elites². Porém, neste artigo, o principal objetivo é compreender o alistamento forçado como instrumento nas disputas políticas entre liberais e conservadores, valendo dos principais jornais que circulavam à época veiculando informações a esse respeito.

Recrutamento militar na Província da Paraíba: aspectos políticos, sociais e culturais

Nesse cenário, de alistamento forçado e de disputas políticas entre liberais e conservadores, quando o recrutado era considerado um rebelde ou alguém que se colocava contra o Estado, ou mesmo inimigo pessoal daqueles responsáveis pelo recrutamento, as autoridades poderiam solicitar o seu deslocamento para territórios distantes dos seus originais, longe de seus parceiros e de seus inimigos.

Em períodos de sedição, por exemplo, autoridades mantiveram em depósitos – como eram chamados os locais para onde eram destinados os recrutas – indivíduos considerados inimigos da ordem política estabelecida, sob o argumento de que eram homens sujeitos ao recrutamento, que não possuíam as isenções necessárias para escapar do serviço militar.

² Para mais informações sobre o recrutamento como instrumento de controle de homens livres e libertos pobres, ver Meira (2018).

Dessa maneira, essas autoridades poderiam garantir o isolamento dos rebeldes, assim neutralizando o movimento insurrecional.

Um dos jornais de posicionamento conversador, *A Ordem*, em 1849, acusou os liberais de usarem o recrutamento como instrumento de ameaça quando estavam no poder, intimidando os eleitores nos pleitos anteriores na cidade da Paraíba. Segundo o que foi veiculado no jornal, quando a presidência da província estava sob o comando dos liberais, viu-se nas ruas “o corpo de policia disfarçado ameaçar com punhaes, recrutamento, e cadeia aos votantes” (A ORDEM, 1849, p. 4a)

Sobre essa acusação feita pelos conversadores do jornal, não se pode verificar se efetivamente os liberais utilizaram-se dessa estratégia no processo eleitoral, nem se os conservadores igualmente o fizeram, posto que também foram acusados pelos adversários. Maximiano Lopes Machado foi um dos liberais que acusou os conservadores de usarem o recrutamento como forma de ameaçar os revoltosos que provocaram a *Revolta Praieira*. Mais adiante, serão discutidos os seus posicionamentos e a sua visão sobre o recrutamento efetuado no período da insurreição, a partir da análise do seu livro *Quadro da Revolta Praieira na Paraíba* (Cf. MACHADO, 1983 [1851]).

Sendo um processo relativamente constante no cotidiano dos Oitocentos brasileiros, é compreensível que as eleições tenham influenciado de forma intensa os arranjos políticos das províncias. Assim, as autoridades que pretendiam se manter no poder usaram de vários artifícios para vencerem as eleições que se sucediam. O jornal paraibano *O Reformista* esteve atento a essas estratégias e relacionou algumas delas numa edição de agosto de 1849. Segundo o que foi publicado pelo jornal, os delegados, subdelegados e demais autoridades do aparelho repressivo utilizavam-se do poder que dispunham para garantirem os votos para o governo estabelecido, intimidando a população por meio de “ameaças de prisão, recrutamento, e demissão” (O REFORMISTA, 1849, p. 3b).

Poder-se-ia perguntar se não seria, no mínimo, arriscado colocar em armas aqueles que eram considerados inimigos. Pelo que se vem analisando, tanto o Exército como a Marinha do Brasil padeciam da falta de material para o seu bom funcionamento. Sendo assim, supõe-se que muitos dos homens que ingressavam nas forças de linha sequer tinham acesso a um armamento apropriado e eficiente. Era tão explícita essa escassez de material para as forças de linha que a Guarda Nacional surgiu como uma instituição em que seus integrantes trabalhavam de forma honorífica e, com seus próprios recursos, custeavam o material necessário para o serviço da guarda. A criação das Guardas Municipais Permanentes também

deixava evidente a falta de recursos do governo, tanto que, no artigo 6º do decreto que criou essa corporação, exigiu-se que os homens alistados comparecessem com armas próprias (BRASIL, 1831).

Por meio da documentação, não foi possível verificar se essas ameaças se concretizaram em efetivo recrutamento daqueles que se recusavam a seguir as ordens do governo. No entanto, não se pode negar o efeito que esse tipo de ameaça gerava. O fato de o recrutamento aparecer com tanta frequência nos jornais, nas discussões parlamentares, nos relatórios produzidos pelas autoridades imperiais e em vários outros documentos consultados mostra como a simples ameaça já inquietava alguns setores da província da Paraíba. Mesmo que o recrutamento não fosse materializado, a intimidação era uma realidade. Sendo assim, a violência nem sempre precisava ser empregada, porque a ameaça dela já cumpria o papel de controle.

No final do mês de agosto de 1849, tendo já sido realizadas as eleições que se iniciaram no dia 5 do mesmo mês, o jornal *O Reformista* voltou a denunciar as arbitrariedades cometidas pelas autoridades provinciais no intuito de garantir a vitória nas urnas paraibanas. Segundo o que foi divulgado pelo jornal, o deputado provincial Jozé Sivirino da Silveira Calafange, que foi presidente da mesa paroquial da freguesia de Barra de Natuba, foi preso logo após o resultado da apuração dos votos da citada mesa ter favorecido o partido da oposição. Ainda segundo essa matéria do jornal, o deputado foi preso sob a acusação de crime de morte e ferimentos, mas *O Reformista* afirmou que tal prisão tinha caráter persecutório e que deveria servir de pretexto para a anulação da eleição que havia desfavorecido o governo (O REFORMISTA, 1849). Ainda [espaço a mais entre caracteres] na mesma edição, o jornal de orientação liberal apresentou a seguinte afirmação:

Desde [Não fazer uso de novo recuo, basta o recuo de 4 cm para o trecho todo da citação] meado de Julho, que poz em acção toda a cohorte³ da polícia, auxiliada pela nova oficialidade da G.N. [Guarda Nacional]; e desde esse tempo, até o dia da eleição, essas duas potencias combinadas se empregaram em notificar votantes, e, em nome do Governo, impor-lhes o dever de votar pela lista, que lhes as autoridades, impunham ameaçando os que a isto se negavam com processos, prisões, recrutamento, e toda a casta de iniquidades, que uma policia corrompida e perversa sabe forjar (O REFORMISTA, 1849, p. 2b-3a).

³ “Cohorte. (Termo da Antiga Milicia Romana) Era como hum de nossos regimentos, ou terço de Inafantaria; compunhase de cinco para seis centos homens, que se dividiao em três manípulos ou companhias, debaxo da autoridade de hum Tribuno, que correspondia ao cabo, que hoje chamamos de Mestre de campo”. (BLUTEAU, 1728, p. 363).

As eleições ocorridas em 1848 haviam sido alvo de grande atenção para os praieiros por significarem um momento que poderia determinar seus rumos na política. O final do quinquênio liberal foi marcado por intensas disputas entre conservadores e liberais, acirrando o conflito entre esses dois blocos opostos, favorecendo, nesse período, o primeiro grupo. Sendo assim, os praieiros avaliavam a necessidade de se imprimirem estratégias para se manterem no poder, objetivo que ficava cada vez mais distante de seu alcance. Quando os conservadores voltaram ao domínio na Corte, com a ascensão de Pedro Araújo Lima como presidente do 10º Gabinete ministerial, representando essa categoria política, os praieiros estavam se preparando para inversão do jogo e conseqüente revanche.

O plano dos praieiros como enfrentamento aos conservadores envolvia um grande investimento nas eleições, por isso, o trecho anteriormente citado demonstra a preocupação do jornal liberal com o processo eleitoral ocorrido em 1848. Inicialmente, os praieiros, pretendiam ganhar nas urnas, para garantirem o retorno aos cargos públicos que antes ocupavam. A Convém se atentar para o fato de que as eleições de 1848 determinariam aqueles que seriam os qualificadores dos eleitores para a eleição seguinte⁴. Segundo o que Marson (2009) apresenta, os praieiros desejavam, por meio de caminhos institucionais, voltar a ocupar os espaços de poder, sem precisarem do enfrentamento violento, produzindo um discurso que no início soava como um posicionamento comedido diante da trama que se desenrolava. Sendo assim, o jornal paraibano, representando os liberais da província da Paraíba, estava em consonância com as estratégias adotadas pelos praieiros da província de Pernambuco, dedicando sua atenção ao processo eleitoral.

O jornal *O Reformista* tratou do recrutamento em diversas edições publicadas, citando o processo como estratégia de perseguição aos inimigos do governo estabelecido e fazendo duras críticas à lei de recrutamento que estava em vigor, tanto que, em edição do dia 6 de dezembro de 1849, em meio a matérias que expunham os princípios dos liberais paraibanos, sendo enfático na reivindicação de uma Constituinte, considerada urgente pelo periódico, *O Reformista* julgou necessária uma revisão da lei de recrutamento, classificada como algo

⁴ É preciso estar atento para o formato dos processos eleitorais no Segundo Reinado, que tinha como uma de suas etapas mais importantes a qualificação dos eleitores. Essa função, ou seja, essa averiguação e conseqüente homologação de quem seriam os eleitores era executada por juntas de qualificação composta de delegados de polícia, vigários locais e juizes de paz. A eleição ocorrida em 1848 determinaria as mesas qualificadoras determinaram aqueles que participariam dos pleitos seguintes para senadores, deputados gerais e provinciais. Sendo assim, era fundamental para os partidos ocuparem esses espaços nas mesas de qualificação (MARSON, 2009, p. 13).]

terrível para a sociedade brasileira. Nesse contexto, a Assembleia Constituinte também fazia parte das estratégias assumidas pelos praieiros como contra-ataque em vista do avanço dos conservadores na política imperial e pregavam os praieiros a “reforma” da Constituição, costurando aquele discurso, iniciado antes das eleições, que pregava os meios institucionais como maneira de atingirem o objetivo de voltarem ao poder (MARSON, 2009).

No entanto, não foram somente os conservadores que se utilizaram do recrutamento para prender adversários políticos. É possível, e até muito provável, que os liberais também tenham levado ao serviço militar aqueles que eles consideravam seus inimigos. O jornal *A Ordem* – periódico de orientação conservadora –, por exemplo, acusou os liberais de procederem com violência nas eleições na cidade da Paraíba (assim era chamada a capital paraibana) quando estavam no poder, utilizando-se, inclusive, do recrutamento como forma de intimidação aos votantes. Assim diz a matéria publicada em 20 de agosto de 1849:

Diga sinceramente collega – a eleição *Carneiro de Campos* não está presente em sua memória? Não está presente – a eleição *Franca*? Se não está, socorra-se sobre a primeira, das recordação dos *Tambialistas*, e sobre a segunda ao testemunho de toda esta provincia, procurae haver á mão algumas folhas assignadas em branco pela presidencia, e confiadas a homens, que nunca trepidarão ante os fins para conseguir os meios. Então o collega verá n’aquellas **o corpo de policia disfarçado ameaçar com punhaes, recrutamento, e cadeia aos votantes** [...] (A ORDEM, 1849, p. 4a, grifos nossos).

É interessante observar que essa declaração do jornal *A Ordem* foi feita em resposta a uma acusação d’*O Reformista*, e essa troca de acusações foi muito comum enquanto os dois jornais circularam na província da Paraíba. Veja-se que, ao nomear aqueles que estavam na administração liberal durante o período das eleições, o jornal *A Ordem* discriminou os personagens que ocupavam a administração da província no período liberal. Além de denunciar as arbitrariedades nas eleições – fato bem comum no século XIX brasileiro – o jornal incluiu, no rol de ameaça aos votantes, o recrutamento e a cadeia. Mais uma vez o recrutamento forçado aparece próximo à cadeia. Tal aproximação é muito simbólica, porque mostra como o recrutamento também poderia ser usado como instrumento de ameaça pelos políticos que atuavam na província da Paraíba. E mais uma vez o recrutamento demonstra seu aspecto punitivo e seu caráter de controle social.

Ao se analisarem esses dois jornais que circularam na província da Paraíba no período em questão, é preciso se atentar para as características da imprensa da época. Não se pode deixar de observar, assim como fizeram Morel e Barros (2003, p. 49), que os jornais

impressos na primeira metade do século XIX no Brasil possuíam características próprias que não podem ser ignoradas: “jornal de um homem só, artesanal, mais doutrinário que factual, impresso e vendido em tipografia de linguagem veemente (por vezes agressiva e ofensiva), circulando com duas folhas e periodicidade irregular” Olhando com atenção para a veemência desses discursos, desejo-se matizar a linguagem produzida por esses jornais, que tinham como intenção doutrinar seus leitores de acordo com os princípios que defendiam.

Até o presente momento, identificou-se mais queixas feitas aos conservadores. Essa é uma acusação que os liberais fizeram em muitos momentos, principalmente naqueles de maiores conflitos políticos, como, por exemplo, na *Revolta Praieira*, em que Machado (1983 [1851]), em seus relatos sobre a contenda na Paraíba, afirma que revoltosos foram recrutados, inclusive na província da Paraíba, porque não se encontrando motivo para a prisão dos mesmos, os conservadores utilizaram-se do recrutamento forçado como estratégia para controlarem a revolta e manterem sob o seu poder os seus adversários políticos.

Não se pode identificar qual o destino tomado por todos esses indivíduos que foram recrutados por motivação política, alguns, como aponta Machado (1983 [1851]), foram liberados após o fim da revolta. Acredita-se que isso foi mais comum do que se pode verificar, porque alguns desses envolvidos nas revoltas eram pessoas de prestígio na região em que viviam e, por isso, dificilmente permaneceriam no serviço militar.

O Reformista, em edição publicada em dezembro de 1849 identificou o recrutamento, como algo que transformava o “desvalido brasileiro” em “joguete, e o ludíbrio do governo e da policia” (O REFORMISTA, 1849, p. 1b). Além disso, em publicação também do mês de dezembro do mesmo ano, o jornal se colocou como vítima dessas perseguições que denunciava. Segundo o que consta do artigo publicado, aqueles que naquele momento estavam ocupando o governo e que constrangiam seus inimigos de diversas formas também iam ao enalço daqueles que atuavam na imprensa (O REFORMISTA, 1849).

Por meio do uso da violência, o governo, ainda segundo o que foi veiculado por *O Reformista*, utilizava da força policial para invadir tipografias que imprimiam jornais oposicionistas, prendendo e recrutando os responsáveis por esse tipo de estabelecimento:

Por que ahi está um poder descricionario, que dirige um de seus agentes com o nome de policia, (amalgama confuso de partes eterogeneas, saidas dos poderes que devião ser independentes) e assim desenganar-se com seus actos o incrédulo, n'essa invasão systematica dos direitos mais sagrados do cidadão, á quem por antithesis chama livre, ao passo que lhe invade a propriedade, desmantelar suas Typographias com todo aparato official em pleno dia: **prende e recruta** os compositores d'essas oficinas, e quando

concede a seus donos por graça especial, **impõe-lhes a condição sinequa non, de não imprimirem uma so vírgula contra massa enorme de seus attentados.** [...] (O REFORMISTA, 1849, p. 1a).

As declarações feitas pelo jornal ajudam a compreender como funcionava a administração pública na província da Paraíba, bem como as relações políticas estabelecidas no período imperial. Ao dirigir acusações graves à conduta da polícia, o jornal indicou uma característica importante quanto ao funcionamento do aparato repressivo, que, em muitos momentos, estava a serviço de interesses particulares ou mesmo subordinado aos desígnios do partido que estava no poder.

Dessas observações feitas por *O Reformista*, também identificou-se que essa mesma força chamada pelo jornal de “discricionária”, que estava a serviço dos que se mantinham no poder, utilizava-se do recrutamento como uma forma de coagir todos que, de uma forma ou de outra, dificultavam ou criticavam a atuação dos grupos dominantes. Também é interessante notar como o recrutamento apareceu ao lado de outras ameaças e punições; no caso do trecho reproduzido, o alistamento forçado é citado ao lado de prisões, levando a crer que ser recrutado estava, de alguma forma, equiparado ao constrangimento de ser preso. Além disso, levando-se em consideração essa pequena parte do texto elaborado por *O Reformista*, identificam-se as principais disputas que marcavam a trama política desse período, dividida, na maioria das vezes, entre conservadores e liberais. E, sendo o recrutamento militar um procedimento que despertava grande aversão em muitos homens, ele se constituía em estratégia útil nesse jogo, já que o serviço como recruta no Exército era um destino temido.

O temor ao recrutamento forçado não era um sentimento infundado, porque no período da *Revolta Praieira*, na província de Pernambuco, os tipógrafos-compositores do *Diário Novo*, jornal que era o porta-voz dos liberais pernambucanos, foram chamados ao serviço no exército (MARSON, 2009). Essa foi uma estratégia utilizada pelo governo conservador para neutralizar aqueles que veiculavam ideias e posturas liberais em um período em que o conflito entre *gabirus* e *praieiros* se tornava cada vez mais acirrado e violento. Sendo assim, a denúncia e o medo que o jornal paraibano *O Reformista* expôs nessa matéria, quanto ao recrutamento forçado de seus agentes, possuía elementos suficientemente concretos naquele contexto. Isso, porque os jornais, nas circunstâncias estabelecidas, exerciam um papel fundamental na comunicação entre os liberais, que naquele momento arquitetavam uma resistência às tropas do governo conservador.

O alistamento forçado de homens para as tropas de linha também aconteceu nas fileiras daqueles que lutaram ao lado dos liberais. Recrutando homens que integravam o

exército praieiro, o governo desmobilizava o movimento e, para além disso, enfraquecia o partido da Praia para as eleições seguintes, porque, no contexto histórico analisado, o sucesso nas urnas dependia de um controle militar efetivo (MARSON, 2009).

Mais uma vez, percebem-se grupos liberais fazendo a crítica aos moldes que regulavam o recrutamento militar no Brasil Oitocentista. Sendo o jornal *O Reformista* de orientação liberal, logo se entende que a crítica ao recrutamento também era uma forma escolhida por esse grupo para desqualificar os conservadores que estavam ganhando mais poder no final da década de 1840.

A ocupação de cargos públicos, mesmo que mal remunerados, representava para os potentados locais uma estratégia para ampliar o poder que já exerciam em suas regiões (GRAHAM, 1997). Além disso, ocupar boas posições no quadro do serviço público no Império era também o caminho que deveria ser seguido por aqueles que desejavam a vitória nos pleitos. Outra vantagem explícita na conquista de cargos públicos estava traduzida no fortalecimento que esses indivíduos adquiriam ao se apossarem das funções que compunham o aparato repressivo.

A historiografia aponta para o fato de que, por trás de pretextos legais, várias autoridades, quando investidas nesses cargos, perseguiram os adversários de forma obstinada. Os conflitos gerados pelo movimento praieiro na província de Pernambuco evidenciam as estratégias adotadas pelas elites que ocupavam a administração pública. Carvalho e Câmara (2008), além de outros historiadores, assinalam as medidas tomadas pelos praieiros quando ocuparam o governo da província de Pernambuco. Segundo esses pesquisadores, tão logo assumiram o poder, os praieiros trataram de fazer uma demissão em massa que destituiu seus adversários da máquina pública. Também exigiram que aqueles ligados à oligarquia dominante anteriormente, vinculados principalmente à família Cavalcanti, devolvessem as armas que adquiriram enquanto participavam do governo anterior.

Os praieiros também promoveram a invasão de várias propriedades de seus adversários políticos, valendo-se dos cargos públicos que então passaram a ocupar (CARVALHO; CÂMARA, 2008) Na província da Paraíba, quando estava em curso a *Revolta Praieira*, Maximiano Lopes Machado, sendo um rebelde envolvido nessa contenda política, perdeu seus cargos de juiz e delegado, punição que também se aplicou aos oficiais que faziam parte da Guarda Nacional (MARIANO, 2014).

O recrutamento militar, constituindo-se como o objeto de estudo ora analisado, também se insere nessa trama de estratégias para a manutenção do poder. Quando os

conservadores voltaram ao comando da província, depois do governo liberal, uma das medidas tomadas para controlar a população que se rebelava junto com os praieiros foi o recrutamento forçado. Carvalho e Câmara (2008) também dão conta dessa estratégia e citam o recrutamento como instrumento de controle da população que se revoltava contra as condições sociais em que se encontravam. Segundo o que esses pesquisadores informam, durante o conflito, várias pessoas foram presas e processadas e, para algumas, a detenção poderia resultar no recrutamento forçado. Essa afirmação pode ser corroborada pela exposição que Machado (1983 [1851]) fez sobre a *Revolta Praieira* na província da Paraíba, em que o autor, sendo um dos rebeldes que compunha o movimento praieiro, acusou o governo conservador de recrutar de forma abusiva aqueles que participaram da insurreição.

Os jornais liberais que circulavam na província da Paraíba também reforçaram a ideia de que o recrutamento foi usado como instrumento de repressão contra os praieiros. A queixa que o jornal paraibano *O Reformista* fez em agosto de 1849 sobre a repressão às revoltas liberais nas províncias de Minas Gerais e São Paulo, afirmando que “a constituição foi então rasgada folha por folha” (O REFORMISTA, 1849, p. 1) pelos conservadores que estavam no poder, e que processos e o recrutamento foram instrumentos empregados na contenção das revoltas, faz acreditar que esse tipo de estratégia não foi utilizado somente contra os que lutaram ao lado dos praieiros. É bem provável que esse fosse um artifício utilizado com certa frequência diante dos conflitos que marcaram o período analisado neste trabalho.

Também identificaram-se na documentação discursos de conservadores muito próximos dos liberais. Ao mesmo tempo em que liberais construam a ideia de que o recrutamento forçado era um instrumento utilizado por conservadores para neutralizar adversários, ao longo da década de 1840, também os conservadores acusavam os liberais da mesma prática. O jornal *Sentinella da Monarchia*⁵, defensor dos conservadores, publicou em uma edição de 1845, em uma coluna chamada *Noticias Provinciaes*, na qual tratava da província da Paraíba, a seguinte acusação:

Continúa por aqui **um rigoroso recrutamento**: sendo tão favoraveis as noticias do Sul, não sei para que vexar tanto a população d’esta Provincia, que, guardadas as proporções, talvez tenha dado mais recrutas do qualquer outra. Isto tem trazido dous males accessorios: - 1º, o ter dado **logar perseguições contra o partido decahido**; os agentes da Policia em geral

⁵ O jornal *Sentinella da Monarchia* era um periódico publicado às segundas, quartas e sextas na cidade do Rio de Janeiro, circulou entre os anos de 1840 e 1847 e apresentava-se como um jornal que veiculava ideias conservadoras.

não recrutam , senão os adversarios , ou seus filhos e parentes; e bem que a maior parte d'estes recrutados tenham sido soltos pelo Presidente, conseguem os *rasgados* o seu fim, que é judiar com os *baetas*; - 2º, **o ter concorrido para a escassez e aumento do preço da farinha**; porque tem havido imprudencia de se acarretarem ate almocreves que entram na Cidade (SENTINELLA DA MONARCHIA, 1845, p. 3b).

O trecho retirado do jornal *Sentinella da Monarchia* revela particularidades do recrutamento no período analisado, porque mostra, primeiramente, as tramas políticas de que dependia o processo. Nesse discurso, pode-se averiguar que acusações de recrutamento arbitrário eram difundidas por liberais, mas também pelos conversadores. Ao se analisar o documento citado, é preciso ter em mente em que contexto ele foi produzido. Sendo 1845 um ano em que liberais ganhavam espaços de poder, inclusive na província da Paraíba, o jornal *Sentinella da Monarchia*, sendo um defensor de ideais conservadores, não poderia emitir opiniões favoráveis a quem estava no poder, constituindo-se, assim, como um representante da oposição.

O periódico, ao afirmar que esse “recrutamento rigoroso” era aplicado somente aos que pertenciam ao partido que havia “decahido”, estava se referindo aos conservadores, chamados comumente na província da Paraíba de *baetas*. O trecho citado somente reafirma a ideia de que o recrutamento se configurava também como instrumento de perseguição aos adversários. Ou seja, por meio do recrutamento percebe-se como a política da província da Paraíba estava dividida. O jornal também acaba por confirmar algumas suspeitas levantadas no presente trabalho quanto ao destino tomado pelos recrutados, pois afirmou que, embora o recrutamento tenha sido processado de forma rigorosa, o próprio presidente da província tratou de dar-lhes liberdade pouco tempo depois. Sendo assim, como o mesmo o periódico declarou, o alistamento serviria somente para “vexar” os adversários políticos.

Mesmo sem se saber a que grupo social pertenciam, aqueles que foram recrutados no período em que os liberais assumiram o poder na província da Paraíba e a quais o jornal *Sentinella da Monarquia* fez menção, pode-se supor que se esses homens fossem indivíduos de prestígio, de modo que era compreensível que fossem postos em liberdade rapidamente. E por dois motivos: primeiro, não seria útil colocar em armas aqueles que fossem considerados inimigos políticos; em segundo lugar, homens de influência política e que pertenciam a famílias de prestígio encontrariam formas de se esquivarem do serviço militar forçado.

Esse discurso do *Sentinella da Monarchia* não passou despercebido pelo jornal *O Social*, de orientação liberal, que rebateu com veemência as declarações publicadas contra o partido que estava no poder:

É falso o que diz o correspondente do *Sentinella* a respeito das invenções de reuniões, de ameaças e insultos do comandante do corpo policial, e não será ele capaz de apresentar um só facto de perseguição, que tivesse tido lugar por esse ou qualquer motivo. Pensais que desta maneira tornais odiosa a administração do Sr. Carneiro Campos? (O SOCIAL, 1845, p. 4b).

E, mais adiante, o jornal faz referência, entre outras coisas, à forma como se teria dado o recrutamento forçado no período em que os conservadores estavam no poder:

Esse **systema de terror** empregado como meio de governo, só pode ser adoptado pelo partido correspondente da *Sentinella*, em cujo tempo vio-se os destacamentos das vilas palmatoarem a mulheres e homens [...] vio-se serem recrutados e mettidos nos calabouços com os outros que ali estavam, o bacharel formado Francisco Ignacio de Souza Gouvêa, que além disso era promotor publico interin, procurado fiscal aposentado, e advogado no foro da capital; o juiz de paz da Bahia da Traição F. Azevedo, que foi preso em ocasião que dava audiencia; o deputado provincial eleito, presidente da câmara municipal da villa do Pillar, onde tambem era juiz de paz Pedro Marinho Falcão que hoje é tenente coronel de G. N., e foi outra vez eleito para todos aquelle lugares [...] (O SOCIAL, 1845, p. 4b-c).

Neste trabalho, observa-se que existiam dois preceitos básicos que norteavam o recrutamento e que não estavam descritos nas normas oficiais que regulavam o processo: um deles era o desejo de controlar aqueles que não seguiam o padrão de comportamento imposto pelas elites, que pretendia encaixar os homens livres pobres na produção de riqueza; o outro era o desejo de intimidar e neutralizar os inimigos políticos. Dito isso, convém atentar-se para a reflexão a seguir: percebe-se que os nomes citados pelo jornal *O Social* se referiam a indivíduos de certo prestígio na província da Paraíba, pelos cargos e funções que exerciam; logo, pode-se supor que esses homens foram recrutados propriamente pela influência política que detinham, encaixando-se assim no último preceito mencionado. Sabe-se, por exemplo, que Pedro Marinho Falcão não foi *mettido no calabouço* por muito tempo, porque seu nome aparece atuante na política da província nos anos seguintes a esse recrutamento.

É interessante observar como o recrutamento apareceu citado entre as formas de perseguição utilizadas por aqueles que estavam no poder. O jornal paraibano *O Reformista*, no ano de 1849, acusou os conversadores de usarem “as cadeias, os processos e o recrutamento” contra aqueles que possuíam “dedicação aos principios liberaes”. Ao longo de sua exposição sobre a conjuntura política em que estava inserido o Império brasileiro, o jornal paraibano descreveu o partido conservador como aquele que, por trás de um discurso de “governo

forte”, exercia uma administração absolutista, praticando medidas despóticas e promovendo a repressão contra seus inimigos (O REFORMISTA, 1849, p. 2a-b).

Para uma compreensão melhor do discurso produzido pelo jornal *O Reformista*, é preciso entender em que contexto político ele estava inserido. Em 1849, ano em que foi publicado o artigo anteriormente citado, estava em curso a *Revolta Praieira*, que havia principiado no ano anterior. A insurreição teve sua origem na província de Pernambuco e se irradiou pela região de seu entorno, incluindo-se aí a província da Paraíba. Segundo o que Carvalho e Câmara (2008) consideram, a revolta envolveu vários segmentos da sociedade oitocentista de Pernambuco, tendo sido estimulada também por disputas entre parlamentares na Corte.

Além disso, é importante lembrar que a *Insurreição Praieira* está inserida em um recorte histórico caracterizado pela consolidação do Estado nacional brasileiro, marcado por revoltas contra o governo do Rio de Janeiro, que estouraram no período de 1824 a 1848. Marson (2009, p. 8) enumera essas revoltas nestes termos:

Confederação do Equador (Pernambuco, 1824), a Revolução Farroupilha (Rio Grande do Sul, 1835-1845), a Sabinada (Bahia, 1837-1838), as Cabanadas do Pará (1835-1840); de Pernambuco (1832-1834) e de Alagoas (1844-1845), a Balaiada (Maranhão, 1838-1841), a Revolução Liberal de 1842 (São Paulo e Minas) e a Praieira (Pernambuco, 1848-1850).

A história da província de Pernambuco, assim como muitas outras brasileiras, é marcada pela predominância de algumas famílias que se projetavam no cenário político e econômico, destacando-se tanto em sua localidade de origem, assim como na esfera nacional. Sobre Pernambuco, é impossível falar sobre a sua configuração política do século XIX sem citar a importância e domínio da família Cavalcanti sobre a província e territórios adjacentes. Uma das características que marcaram os posicionamentos políticos dessa oligarquia pernambucana foi o domínio sobre a produção açucareira da região.

Inserindo-se também na atuação político-partidária, muitos dos integrantes dessa família ocuparam cargos parlamentares e funções administrativas públicas. Esse extenso poder do qual a família Cavalcanti e seus aliados dispunham gerava insatisfação por parte de outros grupos poderosos que se viam desmerecidos em relação à oligarquia dominante. O recorte proposto para este trabalho, partindo do ano de 1840, abarca os conflitos que se sucederam entre esses dois grupos citados, de um lado, os Cavalcanti e seus aliados, representados pelos grandes proprietários de terra da província e região, e do outro, a

oposição, composta também por homens de grossa fortuna juntamente com liberais radicais urbanos. O primeiro grupo era chamado pelos seus adversários de forma pejorativa de *gabirus*, um animal roedor que habita lugares sujos. Já o segundo grupo citado foi chamando por muitos de “praieiros”, numa alusão à Rua da Praia, endereço no qual era impresso o principal jornal que veiculava as ideias da oposição aos conversadores, que correspondiam basicamente à família Cavalcanti.

Porém, a trama da *Insurreição Praieira* não foi tecida somente pelo conflito entre blocos oligárquicos opositores. O movimento praieiro também foi marcado pela participação de populações livres pobres. Tal participação foi motivada principalmente pelas condições precárias em que se encontrava grande parte dos habitantes da província de Pernambuco. Aproveitando-se da situação de pobreza em que viviam tantas pessoas no período analisado, os praieiros incorporaram ao seu discurso temas que atraíam os indivíduos mais necessitados. A bandeira da nacionalização do comércio a retalho, ou seja, a venda a varejo, dominada até então por portugueses, era algo que motivava aqueles que não conseguiam se encaixar no mercado de trabalho. Assim, os praieiros além de utilizarem um discurso que alimentava as expectativas dos desempregados, também se valiam do sentimento antilusitano que cresceu após a Independência.

O recrutamento militar, sendo um processo de responsabilidade do poder público acabava por ser efetuado por essas autoridades levadas ao poder através da rede clientelista que as projetava. Assim, o recrutamento, sob o comando de grandes proprietários rurais, tornava-se um eficiente instrumento de controle sobre as clientelas que eles já dominavam e ainda podia aumentar sua autoridade sobre aquelas que pertenciam a outros grupos de poder.

Considerações finais

A historiografia mostra que a perseguição de adversários políticos, por meio da máquina pública, era estratégia comum daqueles que ocupavam o poder. Por isso, entende-se que o recrutamento forçado muitas vezes não atendia necessariamente às necessidades que o Exército tinha para preencher seus quadros, mas ligava-se à conveniência das potestades que ocupavam a administração pública.

A análise dos jornais utilizados nesta pesquisa, portanto, apresenta o recrutamento militar como objeto de acusações entre liberais e conservadores que usavam as páginas dos periódicos para denunciarem abusos cometidos por seus adversários políticos. Percebe-se que

os jornais, no geral, censuravam os excessos das autoridades no processo de alistamento forçado, ou seja, liberais e conservadores condenavam os aspectos gerais do recrutamento. No entanto, percebe-se também, nesses escritos, que as acusações partiam de ambos os lados, então, mesmo que os dois partidos, no discurso, reprovassem os excessos do recrutamento, na prática, tanto um quanto outro utilizavam-no como instrumento de perseguição de seus inimigos políticos.

A aversão ao serviço militar forçado no período em que se insere esta pesquisa era tão significativa que produziu, até os dias atuais, uma memória negativa sobre o recrutamento, e foi pensando nessa impressão que este trabalho surgiu. Ao se deparar com uma documentação que versava sobre o tema no século XIX, compreende-se que essa matéria, do ponto de vista social, poderia indicar outros elementos que caracterizavam essa sociedade.

Assim, do ponto de vista social, o tema deste trabalho se insere em uma sociedade marcada pela desigualdade, que mantinha privilégios para alguns poucos e conservava muitos outros na pobreza. E, ainda mais importante que isso, o recrutamento também fazia parte de uma sociedade escravocrata que associava trabalho manual à escravidão, portanto, muitas vezes, o alistamento forçado se configurava como um serviço próximo ao serviço no cativeiro. Além disso, escravizados eram os que compunham a principal mão de obra do Império brasileiro, isso excluía uma massa de homens livres pobres dos postos de trabalho, e, esses indivíduos livres e libertos, que muitas vezes não se encaixavam na produção de riqueza, reiteradamente eram o alvo principal de recrutadores. O Estado brasileiro, muitas vezes em acordo com as classes patronais, perseguia aqueles que eram considerados “vadios” e não se inseriam na ordem que as elites almejavam alcançar, ganhando o recrutamento uma face de controle social.

E, ao se pensar na província da Paraíba, mais especificamente, observa-se que a remessa de recrutas era, muitas vezes, muito modesta. Além disso, alguns dos homens que foram recrutados por mera perseguição política foram logo em seguida liberados do serviço. Entende-se, assim, que o recrutamento como ameaça ou risco era uma forma de intimidar os indivíduos que não agiam da maneira que aqueles que estavam no poder desejavam. Então, partindo-se da observação de que a província da Paraíba possuía uma representação negativa no envio de recrutas para compor as forças de linha, compreende-se que, nesse contexto, o recrutamento funcionava mais como uma ameaça e uma maneira de controlar o comportamento da massa de homens livres pobres, mas também aqueles que se constituíam como adversários políticos.

Dentro do jogo político que acontecia no período analisado, observa-se que o recrutamento servia como instrumento nessas disputas. Os dois grupos políticos que se enfrentavam e concorriam pelo poder nessa época, conservadores e liberais, utilizaram o pretexto do alistamento forçado como instrumento para perseguição de seus adversários. E, embora parte considerável da memória sobre o recrutamento associe os excessos aos conservadores, pode-se verificar que essa foi uma estratégia utilizada pelos dois partidos. Sendo assim, a remessa de recrutas para as tropas de linha fazia parte das culturas políticas dessa época. Verificam-se, portanto, acusações dois lados da política imperial: conservadores e liberais, embora fossem partidos de orientação opostas, em muitos momentos suas práticas revelavam muitas semelhanças entre si, e o recrutamento forçado, efetuado por ambos, evidencia essa aproximação.

Referências

A ORDEM: Jornal Politico, Litterario, e Critico (PB), n. 1, 20 ago. 1849. Tipografia Nacional. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702552&Pesq&pagfis=1>. Acesso em: 21 jul. 2017.

BRASIL. Decreto de 14 de junho de 1831. Crêa em cada districto de paz um corpo de guardas municipaes dividido em esquadras. Disponível em:

http://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-14/Legimp-14_75.pdf#page=3. Acesso: 14 out. 2017.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez e latino:** aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/edicao/3>. Acesso em: 21 maio 2018.

CARVALHO, Marcus; CÂMARA, Bruno Dornelas. A Rebelião Praieira. In: DANTAS, Monica Duarte (org). **Revoltas, Motins e Revoluções.** São Paulo: Alameda, 2011. p. 355-390.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do Século XIX.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MACHADO, Maximiano Lopes. **Quadro da Revolta Praieira na Paraíba.** 2. ed. João Pessoa: UFPB, 1983 [1851].

MARSON, Izabel Andrade. **Revolução Praieira:** Resistência liberal à hegemonia conservadora em Pernambuco e no Império (1842-1850). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

MEIRA, Lis de Araújo Meira. **O Exército (...) é coisa do rebotalho da Nação**: Recrutamento militar e manutenção da ordem no Brasil (1840-1852). 2018. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Histórica) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Moreira de. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

O REFORMISTA: Jornal Politico, Litterario, e Commercial, PB, n. 1, 3 ago. 1849. Tipografia de F. T. de Brito e Companhia. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=817457&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 29 ago. 2017.

O REFORMISTA: Jornal Politico, Litterario, e Commercial, PB, n. 4, 31 ago. 1849. Tipografia de F. T. de Brito e Companhia. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=13>. Acesso: 29 ago. 2017.

O REFORMISTA: Jornal Politico, Litterario, e Commercial, PB, n. 18, 6 dez. 1849. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817457&pagfis=69>. Acesso: 29 ago. 2017.

O REFORMISTA: Jornal Politico, Litterario, e Commercial, PB, n. 21, 23 dez. 1849. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/817457/81>. Acesso em: 6 set. 2017.

O SOCIAL, PB, n. 9, 18 jul. 1845. Tipografia de Barros e C. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386979&PagFis=36&Pesq=pedro%20marinho%20falc%C3%A3o>. Acesso em: 16 maio 2018.

SENTINELLA DA MONARCHIA, Rio de Janeiro, n. 602, 5 mar. 1845, Tipografia Americana. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=332780&PagFis=2243&Pesq=frederico%20carneiro%20de%20campos>. Acesso em: 16 maio 2018.

Recebido em: 01 de junho de 2021.

Aprovado em: 30 de novembro de 2021.